

WILSON PEDROSA



Guerreiro

Credor sugere dilatar prazo de negociação

O Brasil deve fazer uma renegociação de sua dívida com prazo mais dilatado, algo em torno de cinco anos, que é interessante tanto para os credores quanto para o País. Quem afirma é o presidente do Banco de Montreal, um dos quinze maiores credores do Brasil, William Mulholand.

Em sua opinião, a negociação freqüente todos os anos, como atualmente ocorre, é "absolutamente inadequada". O banqueiro canadense participa do Comitê Assessor de Credores que renegocia a dívida brasileira, e admite que o próprio FMI prefere a fórmula de prazos mais dilatados, o que também permitiria ao Governo brasileiro um planejamento ordenado, tanto do pagamento da dívida como do ajustamento da economia.

"Portanto — afirmou — é algo bom em termos de administração, tanto do ponto de vista do banqueiro como do País. Nesse período de cinco anos, admitindo-se esse prazo de duração, haveria revisão na renegociação sempre que houvesse alterações substanciais na economia mundial, como, por exemplo, uma súbita elevação das taxas de juros".

Ele concorda que o momento pode não ser o mais propício para esse tipo de renegociação, já que ela deverá ser deflagrada às vésperas da sucessão presidencial, mas ainda assim a defende. Argumenta que a sucessão não deve inibir a renegociação nem alterar fundamentalmente os interesses do país devedor. Além disso, a própria comunidade bancária internacional se adaptará rapidamente ao novo governo.

O presidente do Banco de Montreal disse que a comunidade financeira internacional não está preocupada com a reunião dos devedores, marcada para ainda este ano, nem acredita em deflagração de moratória generalizada na América Latina. Pessoalmente, Mulholand vê com a maior simpatia a reunião de Brasil, México, Argentina e Colômbia, até porque, conforme confidenciou ao fim da entrevista, ela poderá servir para a mudança na política monetária norte-americana, que mantém as taxas de juros internacionais elevadas.

Concretamente, o presidente do Banco de Montreal acha 15 anos um prazo muito longo para o Brasil obter a fim de pagar o principal de sua dívida, mas admite um prazo de pelo menos 10 anos. Quanto a taxas de juros, reitera que isso independe do banqueiro, porque é definida de acordo com a política monetária de cada país. Quanto a spread (taxa de risco), assinala que isso representa muito pouco na renegociação.

O presidente do Banco de Montreal, disse ainda que, durante reunião do Conselho Consultivo do Banco Montreal de Investimentos, sediado no Brasil, discutiu-se a projeção das taxas de juros internacionais.